



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DIA 27 DE MARÇO DE 2025

TEMA: “ARACAJU E A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES: 170 ANOS DE MEMÓRIAS COMPARTILHADAS.”

PROPONENTE DESTA AUDIÊNCIA: RICARDO VASCONCELOS – PSD

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA: SARGENTO BYRON – MDB

SECRETÁRIA DESTA AUDIÊNCIA: PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

VEREADORES PRESENTES: Sargento Byron e Sonia Meire.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA SARGENTO BYRON – MDB

Boa tarde a todos e a todas. Aracaju, 27 de março de 2025. Sob a proteção de Deus, e em nome do povo aracajuano, declaro aberta a presente audiência pública que traz como tema “Aracaju e a Câmara Municipal de Vereadores: 170 anos de memórias compartilhadas”. Convido a excelentíssima senhora vereadora Sonia Meire para assumir a secretaria desta audiência pública. Convidamos para compor o dispositivo da Mesa desta audiência pública o excelentíssimo senhor João Augusto Gama da Silva, ex-prefeito de Aracaju. Convidamos também o excelentíssimo senhor Jorge Carvalho, doutor em Educação pela PUC e professor aposentado do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Professor. Convido também para fazer parte desta Mesa o excelentíssimo senhor doutor José Hamilton Marcel Silva, representando a Academia Sergipana de Medicina. Convido a excelentíssima senhora Marlene Calumbi, representando o presidente da Academia Sergipana de Letras. Senhora Marlene. Convidamos também para compor este dispositivo o excelentíssimo senhor Lacerda Oliveira, ex-vereador de Aracaju. Neste momento, convido todos os presentes nessa audiência pública a estarmos em posição de respeito e cantarmos o Hino Nacional.

(*Execução do Hino Nacional*). Solicito a excelentíssima vereadora Professora Sonia Meire, 1ª Secretária, que faça a leitura do requerimento desta audiência pública.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – 1ª SECRETÁRIA DESTA AUDIÊNCIA

Boa tarde. Muito obrigada, senhor presidente. Requerimento nº 49/2025, de autoria do vereador Ricardo Vasconcelos: “Senhoras e senhores vereadores e vereadoras, considerando a necessidade de promover um debate acerca da importância dos acontecimentos ao longo dos anos e a relação da Câmara Municipal de Vereadores com a cidade de Aracaju, requeiro que seja convocada audiência pública a ser realizada do dia 27 de março, quinta-feira deste ano, às 15 horas, cujo objetivo principal é debater acerca do tema: ‘Aracaju e a Câmara Municipal de Vereadores: 170 anos de memórias compartilhadas.’ Em tempo, solicito à Mesa Diretora o envio do convite formal às autoridades interessadas. Por fim, requeiro que seja dada divulgação da referida audiência pública nos meios de comunicação desta Casa Legislativa, convidando, assim, todos os interessados a participarem da sessão. Palácio Graccho Cardoso, Aracaju, 20 de fevereiro de 2025. Vereador Ricardo Vasconcelos, presidente da Câmara Municipal de Aracaju.”

Passo a palavra ao vereador Byron, presidente desta sessão.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA SARGENTO BYRON – MDB

Informo a todos os presentes que cada um terá cerca de cinco minutos. Amauri? Antes do pronunciamento, a referência que eu faço ao tempo é para os presentes, fora os oradores que farão uso da tribuna, como o excelentíssimo senhor doutor professor Jorge. Convido o senhor doutor professor Jorge Carvalho.

JORGE CARVALHO – DOUTOR EM EDUCAÇÃO PELA PUC E PROFESSOR APOSENTADO PELO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFS

Boa tarde. Quero cumprimentar o vereador Sargento Byron, presidente desta sessão, a vereadora Sonia Meire, que exerce aqui a secretaria desta sessão. É uma honra, vereadora, estar aqui na tarde de hoje e saudá-la, não apenas como vereadora, mas como uma companheira de muitas lutas, de muitas histórias, nós dois professores na Universidade Federal de Sergipe, antes na rede pública estadual. Reencontrá-la é sempre muito honroso para mim. Quero cumprimentar os membros do parlamento e agradecer o convite que recebi para participar desta audiência pública formulado pelo

vereador Ricardo Vasconcelos que me explicou que, infelizmente, não poderia comparecer hoje, mas que, com muita satisfação, tem a presidência do vereador Sargento Byron, que vem se revelando, já em segundo mandato, ser uma grande liderança política aracajuana e um grande parlamentar. Quero cumprimentar a todos os que aqui se encontram, a representante da Academia Sergipana de Letras, Marlene Calumbi, e, ao saudá-la, quero saudar também o meu amigo Marcos Antônio de Melo, também membro da Academia Sergipana de Letras, e a minha querida esposa, Esterzinha, que é também membro da Academia Sergipana de Letras. Quero cumprimentar o meu querido confrade da Academia Sergipana de Educação, Antônio Fontes Freitas, que aqui se encontra. É uma honra, professor Freitas, tê-lo aqui na tarde de hoje. Também o representante da Academia Sergipana de Medicina, amigo pessoal, Hamilton Maciel. O ex-prefeito de Aracaju e também amigo querido João Augusto Gama da Silva. O ex-vereador, também um outro amigo, Lacerda Oliveira. Quero dizer que agradeço a presença de cada um que aqui está e dentre eles são muitos os amigos que eu identifico. Quero começar minha participação dizendo a vocês que a Câmara de Vereadores de Aracaju legisla, fiscaliza as ações do Poder Executivo e defende a cidadania na capital do estado de Sergipe. Essas responsabilidades que recaem sobre os ombros dos parlamentares municipais já seriam mais do que suficientes para que todos nós necessitássemos conhecer a história deste poder. Mas, como se tudo isso não bastasse, eu digo que a Câmara de Vereadores é também a mais antiga das instituições públicas da capital do estado ainda em funcionamento. A Câmara antecede a Prefeitura de Aracaju. A Câmara é mais antiga que a Prefeitura de Aracaju. Instalada em março de 1855, no mesmo mês em que Inácio Barbosa enviou à Assembleia Provincial e obteve a aprovação do projeto de lei que criou a cidade como capital da província, a Câmara Municipal necessita ter a sua memória mais conhecida, ter a sua história mais difundida. Quero saudar com muita alegria o presidente da Academia Sergipana de Letras, José Anderson Nascimento, que acaba de ingressar na sessão. É uma alegria tê-lo entre nós, presidente Anderson. Entre os anos de 2010 e 2012, quando o vereador Emanuel Nascimento presidia este Parlamento Municipal, eu e a pesquisadora Ester Nascimento, que aqui se encontra, estudamos juntos a documentação existente nos arquivos desta Casa e, assim, para reafirmar a importância do funcionamento das instituições democráticas, foram produzidos dois livros, publicados conjuntamente por este Poder Legislativo e pelo Poder Executivo aracajuano. Eu trouxe os exemplares dos dois livros. O primeiro foi este aqui: “Fontes para a história do Poder Legislativo de Aracaju”,

publicado em 2010 pela própria Câmara. E o outro, este aqui: “Os Camaristas”, publicado em 2012 pela própria Câmara. E eu quero, neste momento, nesta sessão, com muita alegria, fazer a entrega e presentear ao presidente da sessão, o vereador Sargento Byron, com este livro que conta a história da Câmara Municipal de Aracaju. Poucos estudiosos de Sergipe se dedicaram a pesquisar sistematicamente a história dos municípios. Por isto, a publicação desses dois trabalhos foi da maior importância e fez avançar os passos dados no passado pelo historiador Sebrão Sobrinho, que estudou a história de vários municípios sergipanos, e pelo estudioso Carvalho Déda, que se debruçou sobre a história dos municípios, destacando o município de Simão Dias. No início desta minha fala aqui na tribuna do Poder Legislativo, além de manifestar os meus agradecimentos pelo convite para estar aqui ao senhor presidente desta Casa, o vereador Ricardo Vasconcelos, que tem se revelado como uma importante e jovem liderança que renova a política de Aracaju e do estado de Sergipe. Por isto, eu quero pedir ao vereador Sargento Byron que transmita ao senhor presidente as minhas homenagens. E também um pedido que faço ao presidente Ricardo Vasconcelos, ao vereador Sargento Byron, à vereadora Sonia Meire, enfim, a todos os membros desta Casa Legislativa, que é no sentido de continuar publicando a história da Câmara Municipal de Aracaju. Aqui nós temos um primeiro volume que faz uma apresentação geral, mas a história da Câmara é muito rica. A Câmara possui muitos documentos que precisam ser conhecidos, que precisam ser estudados, que precisam ser publicados e que enaltecem muito o papel e a importância deste Poder Legislativo. Além disto, sugiro que a Câmara reorganize o arquivo Vereador Manuel Dória da Silva, que já foi um dos mais importantes centros de pesquisa desta capital e que, atualmente, está merecendo reorganização, está merecendo um espaço mais adequado, está merecendo que se recupere algo tão valioso, que é o conjunto documental que conta a história do passado e do presente da luta dos parlamentares aracajuanos em defesa do seu povo. Tenho certeza, eminente vereador Sargento Byron, que Vossa Excelência, com a sua sensibilidade, a sua energia, a sua liderança, a sua vitalidade, saberá demonstrar, juntamente com a vereadora Sonia Meire, juntamente com o vereador Ricardo Vasconcelos, saberão demonstrar aos seus pares a necessidade de recolocar nos trilhos devidos a memória desta Casa. Assim, quando reorganizarmos os documentos, teremos disponíveis os meios necessários para aprofundar os estudos a respeito da história política e da compreensão dos processos organizadores da vida urbana na cidade que é a capital do estado de Sergipe. No momento antecedente em que foi organizado, o

arquivo Vereador Manoel Dória da Silva foi concebido como arquivo geral do Poder Legislativo aracajuano. Toda a documentação foi tratada tecnicamente. Todos os registros foram colocados à disposição dos interessados em estudar a história da capital do estado de Sergipe. O acervo do arquivo Manuel Dória foi organizado inicialmente em um edifício, uma casa, que existia na rua Maruim, no qual estava instalado o arquivo e onde trabalhava a equipe, que administrava a documentação, que teve o cuidado de higienizá-la, de dar aos papéis o tratamento adequado e de buscar os registros acerca do trabalho da Câmara, que estavam dispersos em outros acervos, como o acervo do arquivo público do estado de Sergipe, o acervo do arquivo da cidade de Aracaju e o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. As Câmaras Municipais foram, desde sempre, as instituições responsáveis pela aprovação dos códigos de postura, as instituições que regulamentaram e organizaram o espaço urbano, as instituições que cuidaram dos problemas ambientais, das questões sanitárias, do funcionamento das feiras e mercados, do transporte público, do convívio com animais domésticos, da destinação do lixo e das águas servidas, da saúde pública e de parte da instrução primária. Além disto, sendo o parlamento, durante o Império Brasileiro, as Câmaras cumpriram a importante missão de exercer o governo da cidade. Em março deste ano, agora, no próximo dia 30, segunda-feira, domingo próximo, esta Câmara completa 170 anos de atividade, 170 anos de funcionamento; não é pouco. O presidente da província de Sergipe, Inácio Joaquim Barbosa, como sabemos, fundou a cidade de Aracaju no dia 17 de março de 1855 e, treze dias depois disto, no dia 30, a Câmara já estava em pleno funcionamento, apenas treze dias depois da fundação da cidade. Na verdade, não se sabe ao certo o dia exato no qual a Câmara de Vereadores foi instalada e começou efetivamente a funcionar. Quando eu pesquisei e consultei o arquivo Manuel Dória, a documentação disponível revelou que no final do mês de março, os oito primeiros vereadores aracajuanos já estavam trabalhando. Como o primeiro registro sobre as atividades da Câmara que eu consegui localizar data do dia 30 de março, compreendi que esta era a data na qual se comemorava anualmente o aniversário de instalação da entidade. Mesmo sem merecer muita atenção por parte dos pesquisadores dedicados a analisar fenômenos como a história da representação política e da participação popular que atuam em Sergipe, o Poder Legislativo do município de Aracaju polariza boa parte do debate e das decisões a respeito das questões urbanas, desde as mais genéricas até aquelas que possuem focos específicos, das mais polêmicas às mais consensuais. Quando Martim Afonso de Souza fundou a Vila de São Vicente, o primeiro município

brasileiro, em 1532, durante o reinado de Dom João III, Portugal vivia sob a vigência das ordenações manuelinas. Para São Vicente se transplantou a mesma estrutura administrativa que possuíam os municípios portugueses. Foram nomeados oficiais, encarregados da administração da Justiça e escolhidos homens bons para a eleição dos vereadores, e também designados os Juízes Ordinários e os Procuradores. Os homens bons, capazes de exercer essas funções, eram os membros da elite local, oriundos da Corte, que faziam uso do poder que lhes era delegado para gerenciar os interesses do Estado português para o bem comum e também em benefício próprio. As novas vilas da colônia de Portugal surgiram acompanhadas das respectivas Casas do Conselho, nas quais oficiavam os vereadores. Foi, portanto, em São Vicente que se instalou a primeira Câmara Brasileira, a Câmara Municipal de São Vicente. Ali, os vereadores, os juízes e o procurador formaram o primeiro governo local que funcionou no Brasil. A partir de então, como já afirmei, os vereadores decidiram sobre a organização da cidade, regulamentaram o espaço urbano, cuidaram dos problemas ambientais, das questões sanitárias, do funcionamento das feiras e mercados, do transporte público, do convívio com animais domésticos, da destinação do lixo e das águas servidas, da saúde pública, da instrução primária, buscando sempre garantir boa qualidade de vida aos cidadãos, deliberando acerca das posturas municipais, dos caminhos, dos chafarizes, das fontes, das pontes, das calçadas, além do crescimento industrial e do licenciamento de profissionais que tinham suas práticas regulamentadas por lei, a exemplo dos médicos que deveriam se registrar nas câmaras. As câmaras ainda expediam licença para a atuação dos vendedores ambulantes, e exerciam o controle sobre os preços praticados no município. As câmaras efetivamente cumpriam a função de governar a cidade. Além disto, os membros da Câmara eram responsáveis pela eleição dos juízes de paz. A primeira Constituição do Brasil, a de 25 de março de 1824, que vigorou durante todo o Império, dedicou o capítulo II, do título VII, às Câmaras Municipais, definindo, artigo 167: “Em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas mais que para o futuro se criarem, haverá câmaras, às quais compete o governo econômico e municipal das cidades e vilas”. Artigo 168: “As câmaras serão eletivas e compostas do número de vereadores que a lei designar, e o vereador que obtiver o maior número de votos será sempre o seu presidente”. Artigo 169: “O exercício de suas funções municipais, formação das suas posturas policiais, aplicação das suas rendas e todas as suas particulares e úteis atribuições serão decretadas por uma lei regulamentar”. Na prática, com a condição de Estado independente que o Brasil ganhou em 1822, o Estado

monárquico centralizou a administração pública, reduzindo muito os poderes que as câmaras detinham no período antecedente. Quatro anos após a vigência da Constituição do Império, a lei de 1º de outubro de 1828, chamada Regimento dos Municípios, limitou os poderes das câmaras, subordinando-as à autoridade dos presidentes das províncias. Assim, as câmaras necessitavam de autorização do presidente da província para vender, aforar ou tratar bens imóveis, e também para arrendar os bens municipais. Mesmo em relação às posturas municipais nas quais as câmaras eram competentes, suas decisões podiam ser modificadas pelo parlamento da província, o Conselho Geral. O ato adicional de 12 de agosto de 1834 reformou a Constituição do Império, criando as Assembleias Legislativas Provinciais e extinguindo os Conselhos Gerais. As assembleias exerceram forte tutela sobre as câmaras. As posturas aprovadas pela Câmara eram submetidas à Assembleia. Privativamente, eram as Assembleias que deliberavam sobre desapropriação por utilidade pública municipal, fiscalizavam as rendas municipais, criavam e extinguíam empregos do município, autorizavam a contratação de empréstimos pelo município. Mesmo com todas essas restrições, a Câmara continuou exercendo o governo do município. Se o ato de 1834 retirou o poder das Câmaras, a situação ficou bem mais grave com a vigência da lei de interpretação do ato adicional que vigorou a partir de 1840. O Poder Legislativo deve ser visto não apenas como espaço da política, mas também como *locus* privilegiado da gestão durante o império e das prescrições legislativas a partir da adoção do regime republicano pelo estado brasileiro. São muitos os problemas que envolvem o funcionamento do Poder Legislativo, desde os seus primeiros anos de instalação aqui em Aracaju. Alguns persistem até agora, como das instalações prediais adequadas às atividades da câmara. Conseguir endereço no qual estivesse bem instalada e com todos os serviços funcionando satisfatoriamente sempre foi algo de difícil resolução para os camaristas. Em 1855, a instituição foi instalada e começou a funcionar no mesmo edifício em que funcionava a assembleia provincial, mudando logo depois para a rua da Aurora, atual avenida Rio Branco, a nossa querida rua da frente, onde funcionou até 1871. O próprio imperador Pedro II, ao visitar esta câmara em janeiro de 1860, criticou a precariedade de suas instalações. Chamando atenção especificamente para a desorganização do seu arquivo e o acanhamento das suas acomodações. A mudança para a rua da Aurora aconteceu em julho de 1855. Em 1871, a Câmara cedeu o edifício no qual estava instalada para o funcionamento do Ateneu Sergipense e transferiu os seus trabalhos para uma das salas da casa de prisão no mesmo local onde atualmente existe o Palácio

Serigy, antiga sede da Secretaria de Estado da Saúde. Em 1873, depois que o Ateneu foi instalado em outro edifício, a Câmara solicitou ao presidente da província que reformasse e fizesse a devolução do prédio. Voltando, portanto, a funcionar na rua da Aurora, foi neste endereço que a Câmara funcionou até a década de XX dos anos 900. Após a construção do Palácio Inácio Barbosa, aqui ao lado, antiga sede da prefeitura de Aracaju, na década de XX dos anos 900, palácio localizado na praça da Catedral Metropolitana, atual Parque Teófilo Dantas, a Câmara se instalou em uma casa anexa a este, onde permaneceu até o ano de 1951, quando mudou para uma casa localizada em outra área do Parque Teófilo Dantas, entre as ruas Capela e Santo Amaro. Mas em 1962, a Câmara mudou outra vez para uma casa anexa ao Palácio Inácio Barbosa e ali funcionou até 1967, quando ganhou um novo endereço, a praça João XXIII, região da estação rodoviária Governador Luís Garcia. Em 1989, a Câmara mudou para o seu atual endereço, este prédio no Parque Teófilo Dantas. Efetivamente, desde o início, a Câmara Municipal de Aracaju, como as demais câmaras, foi um espaço de manifestação dos interesses de distintos grupos sociais que atuaram sob o império e também durante o regime republicano, desempenhando funções legislativas, administrativas, policiais e judiciárias. O estudo acerca da Câmara de Aracaju permite compreender que não apenas a dicotomia senhor - escravo, dominante - dominado, opressor - oprimido, é capaz de explicar as complexas relações da sociedade brasileira. É necessário considerar os múltiplos interesses e reciprocidade garantidores das redes de interdependência social que se estabelecem em diferentes períodos. Examinando a legislação emanada da Câmara, analisando os processos relativos ao desenvolvimento urbano, verificando os problemas ligados à ocupação da terra, os conflitos entre proprietários, não proprietários e o poder público e outras questões ligadas à vida da cidade, podemos compreender a rede de relações que se estabeleceu em torno da organização da vida na nova capital de Sergipe e também em distintos espaços urbanos do país. Sob o império, a Câmara exercia não apenas funções legislativas, mas encarnava as responsabilidades executivas de governo da cidade. Ao assumir a presidência, o vereador exercia, na prática, as funções de administrador, de governante do município. Na Primeira República, os poderes da Câmara foram reduzidos, com a transformação destas em conselhos municipais. O governo da cidade, antes exercido pelo seu presidente, posto que o Brasil monárquico era parlamentarista, coube, a partir da Primeira República, ao intendente, mas continuou a competir aos representantes do poder municipal legislativo a responsabilidade de organização dos processos eleitorais, a organização das eleições.

Além disso, eles incorporaram outra importante responsabilidade, a tomada anual de contas do intendente. Se em 1930 o golpe de Estado, liderado por Getúlio Vargas, extinguiu os conselhos municipais, quatro anos depois o Parlamento dos Municípios teve sua denominação trocada de Conselho Municipal para Câmara e voltou a funcionar após a entrada em vigor da Constituição de 1934. Mas o Poder Legislativo Municipal teve suas portas fechadas após a decretação do Estado Novo em 1937, passando oito anos em recesso e somente voltou a funcionar depois do afastamento de Getúlio Vargas, em 1945, com o fim do Estado Novo. Com a ditadura militar que se estabeleceu em 1964, o Exército ocupou a Câmara de Vereadores no dia 31 de março daquele ano, à procura dos vereadores comunistas Agonalto Pacheco e Manoel Vicente. Estes conseguiram fugir, ajudados por outros vereadores e por funcionários do Poder Legislativo. A Câmara de Aracaju viveu um período muito tumultuado, com o Exército frequentemente presente nas suas dependências, além dos agentes da Polícia Federal e de outras organizações que desempenhavam o papel de espionagem e de polícia política do Estado ditatorial. Na metade da década de 80 do século XX, encerrado o período da ditadura militar iniciada em 1964, a Câmara ainda estava submetida ao controle do Poder Executivo. E em 1983, ao tomar posse como a primeira mulher a presidir o Poder Legislativo aracajuano, a vereadora Nazaré Carvalho decidiu liderar a luta pela busca da autonomia da Câmara. Nazaré foi uma das 13 mulheres a ter assento na Câmara Municipal de Aracaju, quando a Câmara estava completando 155 anos de funcionamento. Eu não fiz, vereadora Sonia Meire, ainda, a estatística de lá para cá de quantas mulheres assumiram cadeiras no Poder Legislativo. Mas esse é um levantamento que eu necessito fazer com toda certeza para atualizar minha estatística sobre as mulheres no Parlamento Municipal. A primeira mulher a exercer o mandato de vereadora na capital de Sergipe foi a professora Maria Carmelita Chagas, que conseguiu se eleger em 1950. E quando Carmelita conquistou o primeiro mandato para uma mulher nesta Câmara, a Casa já tinha 95 anos de funcionamento. A Câmara funcionou durante 95 anos sem que uma única mulher tivesse assento na condição de vereadora, sem que uma única mulher conquistasse um mandato parlamentar em Aracaju. A vereadora Carmelita substituiu seu marido, que anteriormente ocupava a cadeira de vereador. Ela exerceu o mandato parlamentar durante 9 anos, entre 1950 e 1959. Em 1948, a Câmara abriu os seus primeiros concursos públicos para admissão de servidores à sua carreira de técnicos, estabelecendo os requisitos para o preenchimento dos cargos, especialmente o cargo de redator de debates, que ganhou muito prestígio naquele

período. Por fim, em meus estudos, constatei que, desde o Império, a intervenção da Câmara possibilitou, como eu disse, a organização do espaço da cidade, buscando conciliar conflitos que emergiam da relação entre as necessidades humanas e a preservação ambiental. Além disso, assumiu responsabilidades significativas e cada vez mais crescentes com a organização da instrução pública e da saúde pública, aperfeiçoando a qualidade de vida de todos aqueles que viveram e vivem na cidade de Aracaju. Desde o Império, os ocupantes dos cargos de membros da Câmara e também os seus funcionários começaram a ser genericamente chamados de camaristas ou oficiais da Câmara. Os camaristas detinham muitos privilégios, dentre os quais o direito de não ser preso arbitrariamente, a não ser em flagrante delito, e o direito de serem dispensados os homens do serviço militar. Sob o regime monárquico, os vereadores eram, na cidade, membros de um grupo da elite local, ao lado de outros servidores públicos, como o presidente da província, o chefe de polícia, os juizes de pais, os juizes de órfãos, os juizes de direito, os membros do Clero, os jornalistas, os médicos, os bacharéis em Direito, os militares, os comandantes da Guarda Nacional, os coletores, os professores, os fiscais, os escrivães, os porteiros e os procuradores. Mesmo porque a Constituição de 1824 limitava a ocupação dos cargos públicos civis, políticos e militares pelos homens livres possuidores de renda gerada por bem de raiz. Somente poderiam ocupar a função de vereador as pessoas que tinham uma renda mínima gerada por bens de raiz. Assim, ocupar cargos públicos significava ser membro daquela parcela que era chamada de boa sociedade. Maria de Lourdes Sonaia Castrion esclarece que “ser vereador significava verear, daí, policiar, vigiar, cuidar dos bens públicos”. Ainda há muito o que aprender sobre o que fizeram e sobre o que fazem os vereadores em Aracaju. É necessário estudar mais a história do Poder Legislativo da cidade. É necessário estudar mais a ação dos camaristas entre os anos de 1855 e 2025. É necessário entender os problemas vividos pelos vereadores de Aracaju, principalmente por aqueles que no seu mandato resolvem fazer oposição aos governos municipais. A complexa estrutura que o Poder Legislativo Municipal possui hoje é bem diferente e bem melhor do que os meios dos quais dispuseram os primeiros vereadores. Os primeiros vereadores foram militares, padres, advogados, médicos, professores e empresários. O primeiro presidente deste parlamento foi um militar, Tobias Barreto Galvão. E o seu primeiro secretário foi um padre, Agostinho Rodrigues Braga. Não obstante a sua importância, o trabalho do vereador, inicialmente, não era remunerado. Somente depois de 1875, a atividade do vereador foi remunerada. Ao autorizar a

remuneração dos camaristas, a legislação monárquica impôs restrições, vedando o exercício do mandato àqueles que exercessem cargos ou empregos públicos remunerados, a não ser que renunciassem ao recebimento da outra remuneração. Da mesma maneira, os aposentados somente poderiam exercer o mandato de vereador se abrissem mão dos proventos que recebiam do Tesouro Público enquanto permanecessem na Câmara. No período republicano, ao final do Estado Novo, decorridos mais de sete anos com suas atividades paralisadas, a Câmara voltou a funcionar em 1945. Todavia, o Brasil não viveu a partir dali a plenitude democrática. Sobre a presidência de Eurico Gaspar Dutra, o país viveu um período no qual as perseguições políticas aos distintos grupos de militantes de esquerda persistiam, culminando com a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro e dos mandatos dos parlamentares eleitos pela legenda. São notórias as cassações dos mandatos do Deputado Federal Jorge Amado e do Senador Luiz Carlos Prestes. Além disto, o presidente Dutra manteve uma ativa polícia política, que continuou a molestar militantes esquerdistas, como os ex-parlamentares citados ao longo de todo o ano de 1948. Em abril de 1948, o vereador aracajuano Carlos Garcia, do Partido Comunista, fez um duro pronunciamento ao denunciar a invasão da polícia política do general Eurico Gaspar Dutra aos escritórios e residências dos escritores Jorge Amado e Monteiro Lobato e do ex-senador Luís Carlos Prestes. Na Câmara Municipal de Aracaju, a bancada do PCB estava representada pelos vereadores Carlos Garcia e Otávio José dos Santos, que pontuavam rotineiramente em seus discursos o fato de o governo Dutra, que considerava um ditatorial, haver substituído a ditadura comandada por Getúlio Vargas por um regime de governo que consideravam democrático apenas na aparência. Sob este quadro, o ano legislativo de 1948 começou com rumores acerca da possível cassação dos parlamentares comunistas de Aracaju, circulando amplamente entre os vereadores. Na celebração do aniversário da cidade, em 17 de março, Carlos Garcia fez um discurso no qual dizia ser Aracaju uma cidade antifascista que zela pela democracia e pelos interesses do povo. Deu como exemplo o fato da população aracajuana haver realizado o primeiro “Grito de Alerta” quando do torpedeamento dos navios brasileiros pelos submarinos nazistas. Reportou-se a pretendida cassação dos mandatos dos representantes comunistas na Casa, salientando que a Câmara deveria defender a sua soberania e a autonomia de Aracaju. A questão nas cassações havia elevado muito as tensões nos debates entre os vereadores, com acusações das mais diversas entre os membros do parlamento. Na sessão do dia 1º de março de 1948, o vereador Carlos

Garcia denunciou o presidente da Casa, Joaquim Maurício Cardoso Filho, acusando de haver assinado um ofício dirigido ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral, pedindo a cassação dos vereadores comunistas na Câmara. Ele delatou a ação dos comunistas da Câmara desejando cassar os mandatos do vereador Carlos Garcia, o mais votado da capital, e do vereador Otávio José dos Santos. O vereador Carlos Garcia costumava criticar duramente o que chamava de truculência da política chefiada por Djenal Tavares de Queiroz, que, segundo ele, cumpria determinações truculentas do governador José Rollemberg Leite. Ele, Carlos Garcia, foi o mais ácido crítico dos episódios que aconteceram em Aracaju, no dia 29 de novembro de 1947, quando a polícia, chefiada pelo general Djenal Tavares Queiroz, segundo a opinião, foi responsável pelo massacre no qual, além de desrespeitadas as imunidades parlamentares, foram feridos vários cidadãos, e assassinado fria e barbaramente pela polícia o operário Anísio Dario. O orador salientou responsabilidade especial pelo massacre de João de Araújo Monteiro, secretário da Justiça Interior, e afirmou que com essa evidente adesão de José Rollemberg Leite ao grupo fascista do governo da República, tínhamos feito com que a ditadura chegasse ao estado de Sergipe. No dia 27 de abril de 1948, o juiz eleitoral da 1ª Zona, Carlos Vieira Sobral, cancelou os registros dos vereadores Carlos Garcia e Otávio José dos Santos, em face da filiação destes ao Partido Comunista. A decisão foi comunicada ao plenário da Câmara Municipal durante a sessão do dia 28. Com a ditadura militar que se estabeleceu em 1964, o vereador Agonalto Pacheco, do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, foi obrigado a abandonar Aracaju, fugindo da repressão política. No dia 31 de março, o Exército ocupou a Câmara de Vereadores à procura de Agonalto e Manoel Vicente. Estes conseguiram fugir na clandestinidade. Agonalto terminou preso em São Paulo, onde permaneceu na cadeia até participar de um grupo de 15 presos políticos que foram trocados pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, sequestrado por um grupo de esquerda no Rio de Janeiro. Sob a ditadura, os vereadores que tomaram posse em 1967 viveram uma situação idêntica àquela que vigorou entre 1855 e 1875, trabalhando voluntariamente, sem qualquer remuneração. Institucionalmente, a Câmara estava absolutamente subordinada ao Poder Executivo, desprovida de qualquer autonomia para o exercício pleno das suas funções, contando apenas com a rebeldia de alguns parlamentares que discordavam da ditadura militar. Além disso, o Exército estava sempre presente em plenário, acompanhando as sessões do parlamento municipal com militares uniformizados ou com agentes descaracterizados. Sob a ditadura, os vereadores que tomaram... Perdão, agentes

descaracterizados. Na campanha eleitoral de 1970, com a maior parte dos seus militantes filiados ao MDB, o Partido Comunista Brasileiro participou de forma organizada da campanha eleitoral, com candidatos seus disputando o cargo de vereador pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro. Jonas Amaral foi o principal candidato do Partido Comunista e Jackson Barreto de Lima, também do Partido Comunista, foi o coordenador da sua campanha. Além de Jonas, o partidão também apoiava a candidatura de Edmo Ribeiro. A escolha desses candidatos aconteceu durante uma reunião das lideranças universitárias de esquerda, grupo do qual participaram diversas tendências, todas sob a liderança do Partido Comunista Brasileiro. A grande novidade da chapa de candidatos a vereador em Aracaju, no ano de 1972, foi a candidatura de Jackson Barreto de Lima, apresentado pelo Partido Comunista Brasileiro como candidato a vereador do MDB. Os comunistas mantiveram o nome de Jackson e a candidatura à reeleição do vereador Jonas Amaral. O projeto deu certo e os dois nomes dos comunistas foram eleitos, Jackson Barreiros e Jonas Amaral, o primeiro com 1766 votos, consagrado à época como vereador mais votado daquele pleito na capital do estado. Todavia, o próprio Jackson costuma afirmar até hoje que aquela foi uma campanha muito difícil. Jackson e Jonas foram duas vozes que se levantaram com muita firmeza na luta contra a ditadura militar na tribuna da Câmara Municipal de Aracaju. A Câmara Municipal de Aracaju, cujos membros foram eleitos em 1988, funcionou com duplo caráter. Sob a presidência do vereador José Félix da Silva, era ordinariamente o parlamento do município com a responsabilidade de legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, mas cumpriu também as funções de Câmara instituinte encarregada de elaborar a Lei Orgânica do município de Aracaju sob a presidência do vereador Marcélio Bonfim Rocha. A Lei Orgânica do município, promulgada no dia 5 de abril de 1990, fortaleceu muito o papel político e o poder dos vereadores. Naquela lei, desenhouse o modelo e as feições que este Parlamento Municipal possui atualmente. Esta é a Casa Legislativa que completa agora 170 anos de funcionamento a serem celebrados no próximo dia 30. A respeito dela, temos muito a conhecer. Encerro esta minha manifestação parabenizando cada uma das vereadoras, cada um dos vereadores que aqui cumprem mandato popular, abraçando a todos na figura do vereador que preside esta audiência pública, o Sargento Byron, homenageando, em nome da história, todos os que já passaram por aqui desde 1855, e desejando que esta Câmara continue a ser uma instituição perene na história de Aracaju por ser esta, no meu entendimento, a

instituição mais democrática do poder público na capital do estado de Sergipe. Vida longa para a Câmara Municipal de Aracaju.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA SARGENTO BYRON – MDB

Queria, neste momento, parabenizar o professor doutor Jorge pela apresentação de todo o histórico da Câmara Municipal de Aracaju. Eu comentava com o ex-prefeito João Augusto Gama que eu fui vizinho na mesma rua do doutor Jonas Amaral. Ele foi padrinho do meu irmão e eu não sabia do histórico dele enquanto vereador, enquanto militante na defesa dos direitos do cidadão. Fico muito feliz de ouvir toda a história que você contou aqui, um breve resumo do quanto essa instituição de que hoje faço parte foi importante para o exercício dos direitos da cidadania do povo de Aracaju, a luta dos antecessores do senhor e dentre outros aqui para parabenizar mesmo esse histórico. Que a gente consiga levar essa mensagem da luta para democracia, para todo mundo. Eu queria convidar a excelentíssima senhora Professora Sonia Meire. Mas antes disso, eu farei menção às pessoas que estão aqui. Professora, me conceda essa licença. O senhor Valdinaldo Santos, convidado; a senhora Jandira Vieira, do movimento cultural da Academia Sergipana de Letras, seja muito bem-vinda; a doutora Ana Lúcia Aguiar, presidente da Associação Brasileira das Mulheres das carreiras jurídicas; Ana Lúcia, advogada; Antônio Camilo, escritor; Marcos Melo, que também é convidado; a doutora Dayane Jesus Costa, convidada; Bruna Jesus, convidada; Rose Jesus, Dênia Almeida, convidadas; Tiago Almeida, convidado, seja bem-vindo Dr. Tiago; Débora Melo, convidada; Sandra Silva, convidada; Simone Silva, também convidada; senhor Carlinhos do Coqueiral, representação da comunidade; Luciana Pereira, também convidada; Antônio Fontes, membro da Academia Sergipana de Educação; Sara Florêncio, assessora da senhora Ana Lúcia Aguiar, presidente da ABMCJ/SE; Isac, advogado; a senhora Judaci Oliveira, terapeuta; Adeilde Marques, da Federação dos Fisioterapeutas; e o senhor Lula Ribeiro, músico muito conhecido na cidade de Aracaju e em todo o estado. Muito obrigado pela presença aqui. Eu não lembro, acho que ficou faltando alguém aqui, a maioria ainda a citar; todos foram citados. A senhora Marlene estou vindo aqui. Professora Sonia Meire. Está bem. Vou fazer só uma breve fala. Eu sei que é muito importante ouvir e pego o gancho dos relatos do professor doutor Jorge. Está bem. Professora, a senhora assuma a presidência.

SARGENTO BYRON – MDB – 1º SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Boa tarde a todos. Eu sei que todos os que estão aqui estavam muito interessados em saber um pouco da importância da história do Parlamento Municipal, que se confunde também com a história da nossa capital. Em homenagem, eu ouvi muito a fala do professor doutor Jorge sobre registros. Acho que o senhor, como historiador, aqui tem vários, entende isso com bastante propriedade. Eu vou aqui fazer uma homenagem aos profissionais que garantiram que esses registros fossem feitos, que são os profissionais da taquigrafia. Então, aqui, eu trouxe um breve relato para homenagear esses profissionais que, não só nas Câmaras, mas nos Tribunais também, garantem que os registros de momentos históricos, como hoje aconteceu aqui na Câmara, que foi a implementação, a votação da criação da Secretaria Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Então, hoje é um dia histórico para a Câmara Municipal de Aracaju e a gente aproveita para parabenizar e reconhecer um pouco desses profissionais que muitas das vezes não aparecem porque estão preocupados em ouvir cada fala, cada frase, cada palavra, que vai fazer muita diferença ao contar as histórias de instituições como a Câmara de Vereadores. Então, aqui eu tenho um breve relato histórico. O taquígrafo é o profissional responsável por fazer registros, os quais são chamados de notas taquigráficas. O taquígrafo acompanha em tempo real todas as falas e as sessões legislativas dos tribunais, certificando, assim como faz um servidor do cartório com os documentos. Ele apresenta fé, ele tem fé em todos os pronunciamentos, sem qualquer alteração, principalmente nos tempos em que existem as inteligências artificiais. O taquígrafo realiza o apanhamento em plenário e transcrição dos taquigramas, para que, após a revisão, ocorra a publicação, deixando para a história o registro fidedigno, definitivo e oficial. Para a União Parlamentar e para as Nações Unidas, tal registro taquigráfico é universalmente aceito como um dos principais indicadores de parlamentos democráticos. Os taquígrafos registram sessões ordinárias, extraordinárias, especiais, apanhados de plenário, como bem falei, seguem com fé pública e transparência atinentes à sua função. Podem ser encontrados em página inicial dos sites da Câmara Municipal da Aracaju, como as notas taquigráficas. Ocorrem também os registros dos votos. Podem ser encontrados também esses registros em todos os meios de comunicação da Câmara Municipal de Aracaju. Para finalizar, eu queria aqui agradecer a todos esses profissionais que, desde os remotos tempos de instituição da Câmara de Vereadores, das Câmaras Legislativas e dos Tribunais, fazem esse trabalho garantindo que historiadores, como o professor doutor Jorge Carvalho, entre outros, possam trazer com fidelidade os momentos históricos em que passamos nas

instituições como são as Câmaras Legislativas e Tribunais. Então, aqui eu deixo meu singelo abraço a todos os taquígrafos de todas essas instituições, que permitem que a história seja contada com total fidelidade. No mais, parabéns ao doutor Jorge e a todos os que contribuíram com a história do Parlamento Municipal do Aracaju, seja como eleitores, que fizeram o seu papel de eleger as pessoas que acreditavam ser os seus representantes, que acreditavam na credibilidade para essa transformação social através da função, do mister que o parlamento tem, ou seja, aqueles que colocaram os seus nomes à disposição do povo do Aracaju e do Brasil. Então, parabéns à Câmara de Vereadores de Aracaju. Parabéns à nossa cidade e parabéns a todos os que, até esse momento, ouviram atentamente a fala do doutor Jorge Carvalho. Muito obrigado.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA SARGENTO BYRON – MDB

Com a palavra, a ilustríssima senhora vereadora de Aracaju, Professora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Então, boa tarde mais uma vez. Só que dessa vez eu quero começar fazendo minha autodescrição para as pessoas cegas e de baixa visão que poderão estar nos acompanhando, e também depois poderão, porque vai ficar gravada essa belíssima sessão de hoje que nós estamos tendo. Sou uma mulher de estatura média, tenho cor de pele branca, uso cabelos pintados de roxo, tingidos, estou de óculos vermelhos, um vestido lilás, com flores brancas e um blazer branco. Quero começar aqui nesse momento de hoje cumprimentando o vereador Sargento Byron, que está presidindo essa sessão, representando aqui o presidente, toda a Mesa Diretora e demais vereadores. Quero cumprimentar o meu ilustre professor, doutor, companheiro de lutas e colega também de profissão, o grande pesquisador que é o professor Jorge Carvalho, e também cumprimentar a nossa querida Ester, como pesquisadora, uma mulher que tem uma dedicação também à pesquisa no campo da história e que também compôs esse trabalho e vem estudando, trabalho que gerou esse material, essa publicação feita em um determinado período da história da Câmara de Aracaju. E já quero agradecer aos vereadores e ao vereador Emmanuel Nascimento também, porque foi no período em que ele esteve na presidência que possibilitou todo esse trabalho e a publicação desse trabalho também. Em seu nome, professor, eu quero cumprimentar também todos os membros da Mesa, dizendo da importância de termos aqui pessoas tão importantes e,

sendo redundantes, na vida política da nossa cidade, da nossa capital. Temos um ex-prefeito. Temos professores da universidade que também exerceram uma função muito importante, representando aqui toda a nossa luta pelo trabalho, pelos serviços públicos. A Petrobras. Hoje estávamos ali conversando com quem foi vereador também aqui da nossa cidade, ex-vereadores. Então, um momento muito importante. Professor Anderson também, da Academia de Letras, e que está aqui. E quem está aqui nesse pequeno plenário de artistas, de professores, de advogados, de profissionais, funcionários da Casa. Dizer da importância dessa aula dessa tarde de hoje. Eu fiquei muito emocionada em alguns momentos, professor Jorge, porque a história... Essa semana eu estava dizendo que a história, é uma citação até do velho Marx, pode se repetir como tragédia ou como farsa, e nós estamos a todo momento na história do Brasil lutando entre esses dois movimentos. E hoje eu fiz uma fala aqui no sentido de que nós precisamos continuar defendendo a democracia no Brasil e lutando muito para combater todas as formas de tentativas de golpe em nosso país, porque não cabe. Não cabe no nosso tempo presente, nem no futuro. E a sua fala hoje trouxe vários momentos de enfrentamento em que a Câmara teve um papel fundamental. Eu estava conversando com ele há pouco tempo, antes de começar essa sessão, que o presidente Ricardo Vasconcelos assumiu um compromisso também de fazermos a devolução simbólica dos cargos de vereadores que foram cassados na época da ditadura militar. É um gesto simbólico, mas histórico de fundamental importância. Fizemos uma sessão especial com o ex-vereador Marcélio Bonfim, que tem sido um batalhador, um guerreiro, um resistente também na recuperação dessa memória. E também estamos comprometidas em trazer aqui para a Câmara, estaremos protocolando nesse mês ainda, projetos que reconheçam os espaços de memória da resistência que houve no processo da ditadura também, como a praça dos Expedicionários, o calçadão de João Pessoa, e colocar marcos nesses lugares que se tornaram símbolos de resistência do nosso povo. E é muito importante também a atenção que o professor Jorge chama, no início da sua fala, antes de tratar do processo de pesquisa, que é um trabalho científico. Como é importante a gente ter a ciência presente na recuperação, no trabalho das fontes que foram feitos. Como ele chama a atenção do cuidado que precisamos ter e da responsabilidade de quem preside a Câmara historicamente e daqui para frente também com esse acervo. O acervo precisa ser mantido, conservado em condições tais que ele possa ser usufruído pela população da melhor forma possível, tanto para a pesquisa quanto para a consulta pública de determinadas partes desse acervo. Então, ele precisa ser conservado; e não é conservado

só para consulta, como eu disse aqui, do pesquisador ou da pesquisadora. É preciso trazer à tona para que as pessoas possam visitar esse lugar, conhecer mais de perto, ver o que tem, e as publicações também feitas. Então, eu penso que nós temos hoje um projeto aqui, assumido pelo atual presidente Ricardo Vasconcelos, que é também de ver um outro espaço para a Câmara, e que não seja longe daqui do Centro. Está nesse processo de discussão a construção — não é, vereador Byron — de um espaço ou reforma de um outro espaço que seja amplo, porque os problemas que foram vividos anteriormente continuam sendo vividos hoje. E aqui também hoje foi aprovado um projeto de lei, e nós estávamos colocando, da criação de uma Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A própria Câmara, ela também, não tem a acessibilidade necessária, suficiente, para que as pessoas possam acessar. Então, a Casa do Povo tem inúmeras limitações. Vocês vejam! Em uma sessão dessa, se a gente tiver o dobro de pessoas, elas não caberão nessa sala, nesse espaço. Então, a parte física também dela, continuamos com a precariedade, mas esperamos, em breve, poder ampliar essa possibilidade de ter uma Câmara Municipal à altura da população aracajuana e daquilo que nós tanto desejamos para ser, de fato, a Casa do Povo. Que as pessoas não se sintam constrangidas ou discriminadas para ter acesso a um espaço que tem que ser um espaço popular, tem que ser um espaço de escuta da população. E toda essa história que foi trazida aqui, em parte — porque é um pequeno espaço de tempo para falar de uma pesquisa histórica de um período —, é extremamente importante para que nós possamos olhar para o presente com as lentes do passado também, não para fazer da mesma forma, óbvio, porque a função da história não é essa, mas para que a gente também olhe para o passado e possa melhorar o nosso presente, prever e fazer um futuro diferente, porque o futuro só existe se ele puder ser construído no presente. Por isso, o acervo, por isso, o cuidado e a necessidade de avançarmos nas pesquisas. Estávamos ali conversando de que é lamentável não ter pesquisadores e pesquisadoras do campo da história aqui hoje; mas como vai ficar gravado, eu acho que cabe a nós a nossa comunicação. Além da taquigrafia tão bem destacada pelo vereador Byron, nós temos hoje uma comunicação aqui muito boa, muito importante. Enquanto estávamos ali, o senhor estava falando sobre as mulheres. Elas estavam ali, 27 mulheres vereadoras na história da Câmara Municipal de Aracaju, muito sub-representada diante da quantidade de homens, e essa é a nossa grande luta também. O movimento feminista é isso, é a luta pela igualdade, com equidade entre homens e mulheres, para que possamos avançar e trazer as referências das mulheres. Somos a maioria da população também para a

Câmara Municipal. Então, eu quero agradecer imensamente ao trabalho de pesquisa realizado, dizer do nosso compromisso de continuar solicitando que a Câmara tenha esse olhar mais apurado nesse período agora que temos de quatro anos de legislatura, para avançar nas pesquisas, para publicar esse trabalho, o resultado desse trabalho, continuar a publicação, ampliar a publicação, para que mais pessoas tenham acesso, que chegue às bibliotecas, às escolas públicas, que possam ser transformados em outras linguagens para as pessoas terem acesso. Agradecer imensamente ao trabalho das pesquisadoras e pesquisadores, de todas as pessoas que se dispuseram essa tarde a estar aqui hoje. Dizer da importância da presença de todas e de todos aqui, e dizer que a nossa luta é essa, vai continuar pela democracia, pela garantia dos direitos e por uma Câmara Municipal viva, ativa, uma Câmara Municipal que, de fato, acolha as demandas e consiga dar resposta, ainda que não tenha o poder da caneta, mas a resposta, dentro daquilo que lhe cabe, à maioria da população aracajuana, principalmente à população mais frágil, mais vulnerável hoje nas periferias da nossa cidade, nos bolsões de miséria que ainda existem. Acho que a Câmara é tudo isso. Mudou as suas funções, mas tem outras que permanecem. E é nosso dever; e desse papel, nunca vamos nos retirar. Muito obrigada. Obrigada aos senhores e senhoras. Obrigada, Jorge, de coração, por esse momento, por essa aula pública hoje aqui. Obrigada.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Queria parabenizar a fala da professora Sonia Meire, professora que tem uma representação muito grande, não só enquanto mulher, militante dos trabalhadores, que como servidora tem essa como uma das suas pautas, os direitos humanos, a defesa dos servidores públicos municipais, estaduais e que entende a representação feminina nos espaços de poder. Nesse momento, eu abro o espaço para alguém aqui da tribuna que queira falar aqui na audiência pública. Tem três minutos para alguém que queira fazer algum pronunciamento, algum questionamento; a gente tem esse momento como um momento especial. Alguém quer se inscrever? Tem alguém, Maria, que quer se inscrever? Está bem. Então, a senhora... Você vai levar?

ADEILDE MARQUES – PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TERAPEUTAS

Então, eu sou Adeilde Marques, presidente da Federação Nacional dos Terapeutas. Nós tivemos momentos importantes aqui dentro desta Casa, na gestão do ex-vereador Emanuel Nascimento. Estou muito feliz de estar aqui, agradecida ao

vereador Byron pelo convite, porque estou percebendo que essa questão histórica está em todos os movimentos. Eu estou apaixonada pelo seu trabalho, Jorge. Já acompanho, não tanto, por conta das demandas da federação, mas, assim, você me fez... E a FENAT está justamente nesse momento, a Federação dos Terapeutas, resgatando a história desse profissional que vem lá do Antigo Egito. A gente vai mostrar esse histórico, esse relato histórico, no nosso 7º Congresso Nacional dos Terapeutas e 4º Internacional, que eu fiz questão de fazer aqui em Aracaju. Vai ser 6 a 8 de junho, estão todos convidados. Por que a gente quis trazer para Aracaju a comemoração dos 21 anos dessa história da federação? Porque tudo começou justamente aqui em Aracaju, há 21 anos. Naquela época, a partir do ano 2000, não existia nada, nenhum histórico a respeito do terapeuta. Hoje, o movimento, que acredito que todo mundo acompanha, começou aqui no estado de Sergipe. Começou justamente com o ex-deputado Antônio Passos, que nos abriu a porta na Assembleia Legislativa, na gestão dele. Eu acho que a doutora Marlene acompanhou esse começo, não sei se lembra, mas sim, acompanhou. Vários vereadores aqui acompanharam também. Enfim, deputados. E hoje a gente está completando 21 anos, e eu fiz questão que fosse aqui no meu estado. Aqui é onde começou toda a história que hoje, no Brasil e no mundo, o terapeuta está com uma certa expressão, apesar das dificuldades em relação à regulamentação da categoria. Então, agradeço ao vereador Byron, que é um dos que nós estamos buscando para tentar a inserção do terapeuta na Lei Orgânica do Município. Espero que os vereadores possam também apoiá-lo nisso que é extremamente importante para que o terapeuta tenha vez e tenha uma lei que os represente. Certo? É só isso. Muito obrigada. Eu estou muito feliz de estar aqui hoje. História.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON - MDB

Nesse momento, eu queria agradecer a todos os que se fazem presentes aqui. Como eu falei, muitos historiadores, personalidades — a gente não pode resumir a representação da nossa cidade de Aracaju — do estado de Sergipe reconhecidas nas suas profissões. Agradeço ao presidente por trazer essa temática, o presidente Ricardo Vasconcelos, como bem falou o professor Jorge, um cometa na política em Aracaju, já tendo seu nome marcado na história como um dos vereadores mais votados da história da Câmara Municipal, exercendo uma liderança muito grande. É isso. Hoje a Câmara de Vereadores de Aracaju tem uma história, e eu digo, antes da 43ª legislatura, e outra após, em que tem se mostrado a sua força, a sua representatividade. Eu sinto muito

orgulho de ter colegas como os que eu tenho hoje na Câmara de Vereadores; e a população se sente muito bem representada. Então, eu queria, nesse momento, que nós encerrássemos ouvindo o Hino de Sergipe. *(Execução do Hino do Estado de Sergipe)*. Declaro encerrada esta audiência pública.

[AUDIÊNCIA ENCERRADA]

Texto revisado por Weslin de Jesus Santos Castro.